



Um podcast original da Rádio Novelo

Episódio 2

O agro é punk

Homem: Ah, precisa colocar nome de presidente, governo de estado, tudo isso?

Giovana Girardi: Oi, eu sou a Giovana Girardi, e esse é o segundo episódio do Tempo Quente, um podcast original da Rádio Novelo. Se você não ouviu o nosso primeiro episódio, eu recomendo que você volte lá e comece do começo. Agora, se você ouviu o episódio 1 até o fim, lembra onde a gente tava, né? Em Brasília.

João Hummel: Tudo bom?

Giovana Girardi: João!

João Hummel: Vamos falar...

Giovana Girardi: Que horas?

João Hummel: Daqui a pouco...

Giovana Girardi: Daqui a pouco? Não, pera...

Giovana Girardi: Esse que tá fugindo de mim é o João Hummel — um dos principais articuladores desse que é o mais poderoso e mais antigo lobby brasileiro: o lobby do agronegócio. Perto dele, o carvão é fichinha.

O Hummel me deu uma despistada naquele dia. E claro que eu não desisti de falar com ele... Mas aproveitei que tava na Câmara dos Deputados pra entender como

esse lobby se articula.

Giovana Girardi: Tá ali já, isso, legal. Suely? Opa!

Giovana Girardi: Eu achei que uma "visita guiada" pelo Congresso me ajudaria nessa tarefa. E ninguém melhor pra me dar as coordenadas do que a Suely Araújo.

Suely Araújo: Mas, é.. Lobby, na verdade, é todo tipo de pressão política e técnica também...

Giovana Girardi: A Suely tem muitas credenciais – ela é urbanista, advogada, doutora em ciência política... ela foi presidente do Ibama... – mas o mais importante pra mim nesse momento é que ela trabalhou por quase 30 anos como consultora legislativa na Câmara dos Deputados. E ela sabe tudo de lobby.

Suely Araújo: Eu dou aula no Departamento de Ciência Política, né? E, na graduação, eu dou uma disciplina que chama Legislação e Processo Político. [...] O que eu percebo é que, o pessoal que sai da graduação de Ciência Política da UnB, eles têm emprego, gente, na hora que se forma. [...] Basicamente atuando com esse tipo de coisa.

Giovana Girardi: A Suely testemunhou de perto o fortalecimento da bancada ruralista no Congresso. E como o setor conseguiu, ao longo dos anos, criar a imagem de que é vítima de uma legislação ambiental rigorosa demais. E de que o Brasil seria o país que mais preserva as florestas em todo o mundo. Essa narrativa vem sendo consolidada há mais de uma década. E ela conseguiu transformar um setor que – em boa parte – ainda opera segundo aquele modelo latifúndio-monocultura exportadora do Brasil-Colônia... *numa coisa que é tech, é pop, é tudo.*

O agro brasileiro é um case extraordinário de reposicionamento de marca.

E como é que o agro fez isso?

Suely Araújo: [...] o lobby em si né, você tem que enxergar como produção de informação. E é uma atividade assim, cada vez mais sofisticada.

A Frente Parlamentar da Agropecuária tem uma estrutura de acompanhamento de Congresso muito sofisticado, de acompanhamento do Executivo também, [...] é... é um lobby muuuito eficaz, muito eficaz.

Então eh... é importante também na... nessa análise do... do... do lobby, fazer a conexão com as frentes parlamentares. Elas explodiram nos últimos anos, explodiram. Elas nem tinham formalização no Congresso até 2005, pelo que eu me lembro.

Giovana Girardi: Calma, que tem muito jargão e muita burocracia nesse negócio de lobby. Mas vem comigo pra gente entender isso junto.

Pra começar: a Suely falou em "frentes parlamentares". Mas que que é isso?

No site da Câmara diz, abre aspas: *"São associações de parlamentares de vários partidos pra debater sobre determinado tema de interesse da sociedade. Elas podem ser compostas apenas por deputados ou mistas, formadas por deputados e senadores."* Fecha aspas.

Suely Araújo: Mas, o que eu queria chamar a atenção de vocês é a conexão, a conexão do lobby barra advocacy, com essas frentes parlamentares, elas são colegiados parlamentares feitos pra receber essas demandas específicas e vocalizar lá dentro o que esse pessoal tá querendo.

Tem processos decisórios em que você só consegue compreender, se você analisar essas frentes. Um exemplo da nossa área é a Lei Florestal de 2012, se você tentar entender aquilo sob o ponto de vista dos partidos, cê não vai compreender nada. Cê só vai compreender se for uma luta entre Frente Ambientalista e Frente Parlamentar da Agropecuária.

Giovana Girardi: Neste episódio, a gente vai focar justamente na ação da Frente Parlamentar da Agropecuária.

E esse momento que a Suely tá falando — que é quando a Frente Agro conseguiu mudar a mais importante legislação ambiental do país e conseguiu impor a primeira derrota legislativa ao governo Dilma — foi o ponto de virada que fez com que a frente se tornasse a mais poderosa hoje no Congresso.

A aprovação da Lei Florestal em 2012 alterou regras pra proteger a vegetação dentro de propriedades privadas. E ela não foi marcante só na esfera ambiental.

A Lei Florestal foi também um divisor de águas na forma como se faz política no Brasil.

Mas antes de a gente se aprofundar nesse momento, vamo entender como é que começou essa ideia de ter uma Lei Florestal.

Raoni Rajão: Acho que um ponto de partida pra entender esse problema é a própria perspectiva histórica, né?

Giovana Girardi: Só que pra isso a gente vai precisar rebobinar bem a fita. Ok, "rebobinar a fita" é uma expressão velha. Mas a gente vai voltar pra quando nem existia fita.

Raoni Rajão: Assim, desde o Brasil Colônia você tem ali um certo embate entre o que a gente vai chamar de ruralistas, e um certo corpo estatal, muitas vezes representados pela própria Coroa.

Giovana Girardi: Esse é o Raoni Rajão, pesquisador da federal de Minas Gerais.

Ele é um dos autores do livro “Uma Breve História da Legislação Florestal Brasileira”.

Raoni Rajão: [...] no âmbito de proteção de recursos florestais, né, que eram bastante rígidas até no começo do Brasil Colônia e que no decorrer do império foram se enfraquecendo com o fortalecimento do Senado, né?

Giovana Girardi: Claro que as razões por trás desse rigor não eram exatamente a defesa do meio ambiente. E os métodos não eram os mais nobres...

Raoni Rajão: Inclusive tinha pena capital, né? O Brasil já teve pena de morte pra desmatamento.

Giovana Girardi: É mesmo?

Raoni Rajão: É.

Giovana Girardi: Pena de morte pra desmatamento?

Raoni Rajão: Pena de morte.

Giovana Girardi: Isso Brasil Colônia?

Raoni Rajão: Brasil Colônia. Porque pau-brasil era um recurso valioso e que a Coroa queria ter certeza que era ela que iria explorar.

Giovana Girardi: No começo do século passado, já na República, teve gente que começou a perceber que aquele modelo predatório uma hora ia dar ruim.

Raoni Rajão: A gente tem que lembrar que o começo do século 20 foi um período, né, onde você tem ali um processo rápido de desmatamento da Mata Atlântica, principalmente em São Paulo, Minas, né, competindo ali com o café. E você pega artigos da década de 20, você já tem pessoas falando "*Olha, tão desmatando, tá acabando a madeira e tão secando os rios*". "*Tá parando de chover*".

Giovana Girardi: E aí foi um personagem improvável quem atacou de defensor do meio ambiente...

Raoni Rajão: Getúlio Vargas, [...] ele tinha uma visão tecnocrata. [...] Olha, o bem comum vai acima [...] desse direito irrestrito. [...] É daí que surge o Código Florestal de 34. E o interessante, fazendo um pulo histórico, é que a mesma coisa acontece em 64. É fácil esquecer isso, mas não existia ali essa aliança promíscua, essa aliança forte entre uma visão militarista, conservadora, e o agronegócio, quando você tem o golpe de 64. As forças eram diferentes.

Giovana Girardi: Então retomando: o primeiro Código Florestal brasileiro foi assinado pelo Getúlio Vargas em 1934. Ele determinava que nenhum proprietário de

terras cobertas de matas poderia abater mais de 75%, ou três quartos da vegetação existente. A pena pra quem desobedecesse era uma multa e até 60 dias de prisão.

Esse código ficou em vigor até 1965, no comecinho da ditadura militar, quando o então presidente, o Marechal Castelo Branco, assinou um novo Código Florestal, ainda mais restritivo.

O código de 65 criava o conceito que hoje é conhecido como "A-P-P" – que nesse caso não é abreviatura pra aplicativo de celular, e sim a sigla de "Área de Preservação Permanente". E ela se refere à vegetação que fica em áreas sensíveis, como nas margens dos rios ou nos topos de morros.

Essas matas deveriam ser protegidas até por segurança, pra evitar assoreamento dos rios ou deslizamentos de terra, por exemplo.

O código de 65 também previa o que hoje a gente chama de "reserva legal" — que é uma porção de terra que os proprietários rurais precisam manter com vegetação nativa.

Isso variava dependendo da região onde fica o terreno. O mais restritivo era na Amazônia. Se a fazenda era lá, 50% precisava ser preservado. Mas, na maioria do resto do país, essa obrigação era, e ainda é, de 20%.

O descumprimento da lei poderia dar multa e até um ano de cadeia.

Pra gente, que tá imerso nessa realidade contemporânea de militares e ruralistas alinhados... parece até coisa de doido, né?

Raoni Rajão: Sim, inclusive nos debates do Congresso, a discussão é explícita [...] um documento, uma carta, que é assinada e encaminhada pelo Castelo Branco, e esse documento fala que "*ou nós fazemos, enquanto Estado, os proprietários pagarem as custas deles pela conservação das águas, dos solos, das chuvas, dos recursos madeireiros, ou o Brasil vai ser destruído*".

Giovana Girardi: Bom, acho que nada mais me resta do que mandar o Castelo Branco pra Cuba, né?... Brincadeira. Agora: uma coisa é o que tá "na letra fria da lei"... e outra coisa é o que de fato acontece.

Porque claro que os biomas brasileiros não ficaram protegidos dentro do que a lei mandava. Muito pelo contrário. Em parte por obra, inclusive, dos próprios militares, que incentivaram a ocupação da Amazônia — mas isso é papo pros próximos episódios.

Nas décadas seguintes, o desmatamento praticamente só cresceu. A motosserra vinha comendo solta pra abrir espaço pra pasto. E a multa? E a pena de detenção? É... era mais uma daquelas leis "que não pegam" no Brasil.

O desmatamento vinha batendo recorde atrás de recorde... e as organizações internacionais começaram a pressionar o governo por leis e fiscalizações mais severas.

Suely Araújo: Você tinha uma medida provisória que alterava a lei de 1965, que ela tinha começado a ser editada em 1996, quando o governo Fernando Henrique aumentou a reserva legal da Amazônia de 50% para 80%.

Giovana Girardi: Aqui, de volta, a Suely Araújo.

A medida adotada pelo governo Fernando Henrique teve efeito no primeiro ano depois da publicação da medida provisória – mas logo o desmatamento voltou a subir. Ao mesmo tempo em que a bancada ruralista começou a se mobilizar pra derrubar aquela medida, mas inicialmente sem sucesso.

Mais tarde, no governo Lula, veio um plano de ações que conseguiu pela primeira vez reduzir sistematicamente a taxa de desmatamento. O plano trouxe algumas inovações cruciais, como cortar crédito bancário de desmatadores.

Mas a essência desse plano era muito simples: ele só fazia cumprir as punições já previstas no Código Florestal. Só que isso mudava tudo.

O agro decidiu dar um basta. Criar lei tudo bem, mas aplicar... aí já era demais.

O resultado foi a organização e o fortalecimento da Frente Parlamentar da Agropecuária...

Suely Araújo: Esse... esse processo todo o que que ele foi, gente? Foi uma briga entre Frente Parlamentar da Agropecuária e Frente Parlamentar Ambientalista.

Giovana Girardi: Nessa altura da conversa, a Suely me levou pra dar uma volta na Câmara.

Giovana Girardi: Pra onde que a gente vai agora, Suely?

Suely Araújo: No gabinete do Agostinho.

Giovana Girardi: Deputado Rodrigo Agostinho. Qual que é o andar?

Suely Araújo: Oitavo.

Giovana Girardi: O Rodrigo Agostinho é deputado federal pelo PSB de São Paulo.

Giovana Girardi: Olá, deputado. A gente veio te emboscar aqui.

Rodrigo Agostinho: É, eu percebi, com "boomer" e tudo. Eu tenho um

microfone desse pra gravar passarinho.

Giovana Girardi: O Rodrigo coordenou a Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara entre 2019 e 2021.

Rodrigo Agostinho: Então cê fala assim "olha, eu defendo esse assunto. Beleza, vou lá participar". Vou dar exemplo, 2019, eu entrei aqui todo pimpão, vi lá uma "Frente em Defesa da Amazônia". Entrei lá e só tinha garimpeiro, madeireiro, aí eu falei "não, pera aí, eu tô no lugar errado, né?". (risos) Então, assim, eu sinto que a gente tem muito pouca gente discutindo meio ambiente, a gente deve ter 10 deputados aqui que realmente agarram na questão ambiental, e a gente fica sobrecarregado. Essa semana tem 10 projetos tirando o meu sono.

Giovana Girardi: Que que tá tirando seu sono agora, Rodrigo?

Rodrigo Agostinho: Essa semana tem pelo menos 3 na pauta. Tem um projeto que avacalha toda a nossa legislação de biodiversidade, enfraquece demais nossas listas de espécies ameaçadas. Então, assim, eles fazem de um jeito que eles marcam as reuniões às vezes num horário pra tentar, eh... o setor do governo ter maioria. Então a reunião que normalmente seria de quarta, a presidente antecipa pra terça e deixa a gente sem dormir, né?

Giovana Girardi: Enquanto a Frente Ambientalista tenta correr atrás do prejuízo, a Frente Agro "nada de braçada". E os ruralistas conseguem esse desempenho tão bom porque eles contam com um instituto privado todinho dedicado a pensar as estratégias do lobby: É o Instituto Pensar Agro.

João Hummel: [...] esse trabalho começou em 2008.

Giovana Girardi: Tá lembrando dessa voz? É o João Hummel, aquele que tava fugindo de mim no começo do episódio. Eu não consegui falar com o Hummel naquele dia na Câmara, mas ele topou um café em um outro momento.

O Hummel foi diretor executivo do Instituto Pensar Agropecuária até o começo de 2021. Agora, ele abriu um novo negócio, a Action Relações Governamentais. Um escritório que tem o lema: "não fazemos lobby, fortalecemos a democracia".

João Hummel: [...] virou uma coisa feia, mas eu acho que é lobby... Mas pra mim é o fortalecimento democrático. Quando eu fortaleço o debate, quando eu te provoço e falo ó "eu não acredito nesses estudos",

Giovana Girardi: Uhum

João Hummel: Eu tô te provocando, tá certo?

Giovana Girardi: Apesar de o Hummel já não estar mais no Instituto Pensar Agro,

eu fiz questão de falar com ele porque ele era o Pensar Agro antes mesmo de o Pensar Agro existir. Ele foi o responsável por "manufaturar" esse curinga do jogo.

João Hummel: Se você pegar o que acontecia na década de 90, até a primeira década desse século, quem pautava o Congresso e o debate público, era o Executivo, tá certo?

Giovana Girardi: Uhum.

João Hummel: Então, quando a gente criou o IPA, a gente fala o seguinte: "olha só, nós precisamos preparar os parlamentares a debater com a sociedade..."

Giovana Girardi: IPA, aqui, não é a cerveja, tá? É a sigla do Instituto Pensar Agro. Mas deu pra sacar o que ele fez? Ele não só mudou o foco da pressão – do Executivo pro Legislativo –, ele criou um instituto pra "*preparar os parlamentares pra debater com a sociedade*".

Quer dizer: ele puxou os deputados e senadores pra dentro do lobby. Antes eles eram o alvo das demandas do setor. Com o IPA, eles passaram a fazer parte da articulação desde o começo.

O Instituto Pensar Agro se define como uma organização com, abre aspas, "o objetivo de defender os interesses da agricultura e prestar assessoria à Frente Parlamentar da Agropecuária por meio de acordo de cooperação técnica".

Mas não é só isso. O Instituto Pensar Agro e a Frente Parlamentar Agropecuária se misturam. O instituto é responsável por elaborar toda a estratégia de ação e de comunicação da bancada ruralista.

Foi ali, na última década, que foram articuladas mudanças fundamentais. Que fizeram com que o agronegócio se tornasse — com o perdão do trocadilho — um trator político imbatível. E isso tudo começou bem naquele momento em que o Lula criou o decreto de crimes ambientais.

João Hummel: [...] quando os parlamentares resolveram comprar a briga do Código Florestal e fazer o debate, foi quando foi publicado o decreto dos crimes ambientais.

Giovana Girardi: Uhum

João Hummel: Tá certo? [...] um percentual altíssimo da sociedade, dos produtores rurais, tinham problemas ambientais. Porque lá no código antigo, o direito adquirido não tinha valor, porque se eu desmatei 1.500, eu teria que recompor a área. Porra, isso é um benefício da sociedade ou só um castigo para o produtor?

Giovana Girardi: Quando a lei – que vinha sendo ignorada desde sempre começou

a ser implementada de verdade, e o crime ambiental passou a pesar no bolso, muita gente não gostou. E o agro se organizou pra suavizar a legislação, sob o argumento de que essa lei ia inviabilizar a produção de alimentos no Brasil. Isso começou com o próprio fortalecimento do Pensar Agro.

João Hummel: [...] uma solução que a gente fez isso foi criar um compliance, tá certo? De que só entidades sem fins lucrativos podiam participar do Instituto.

Giovana Girardi: Mas, ao mesmo tempo, essas entidades são formadas por... empresas né, por gente que tem interesse lucrativo, né?

João Hummel: Mas todo mundo tem. Você quando faz greve, você tem o interesse econômico dentro desse processo. Então, tudo é interesse econômico.

Giovana Girardi: Ok, só por essa interação aí já deu pra sacar o raciocínio "labiríntico" que as explicações do Hummel tomam, né?

Não é confusão, é técnica de argumentação. E ele não tá sozinho. O lobby do agro conta muito com essa estratégia. Quase um blefe, na verdade. E até por isso que é importante a gente ir parando aqui de vez em quando pra entender direitinho o que ele tá falando.

Meu sonho era ter um "VAR da vida real" na hora de falar com esses caras. Sabe, que nem o do futebol? Com dados, com especialistas de plantão. Mas, como não dá, a gente faz assim, de maneira "assíncrona", como se fala... Aqui na edição.

Então, além do Raoni Rajão, eu recorri a um outro "universitário" pra me ajudar com esse histórico do Pensar Agro: o antropólogo Caio Pompeia, pesquisador da USP. O Caio investiga o setor há anos e é autor do livro "Formação Política do Agronegócio".

O Caio me explicou que as "entidades sem fins lucrativos", que compõem o Pensar Agro desde a largada, são associações de produtores rurais. Hoje são mais de 40 entidades. "Associações de produtores rurais"... É uma categoria com um nome lindo, né?

Eu quase consigo ver na minha frente um rancho bucólico, os agricultores com a enxada na mão debatendo a safra do caqui... Mas as "associações de produtores rurais", na verdade, são associações patronais, bancadas por empresas gigantes do agronegócio.

No caso das que formam o Instituto Pensar Agro, são: a Associação Brasileira de Produtores de Algodão, de Soja, de Milho, de Cana, de Café...

Até outras que têm nomes que já não enganam tanto, tipo a Associação Brasileira do Agronegócio.

Difícil um "negócio" sem fins lucrativos, né?

Mas de volta ao Hummel.

João Hummel: [...] todo mundo reclama do fundo eleitoral, todo mundo reclama dos parlamentares, mas todo mundo quer uma coisa barata, mas democracia é caro. Você ter um fórum de debate, de construção, de evolução de conceitos, de ideias, tá certo, custa caro. Deslocamento, aproximação, reuniões, organização, estrutura pra ter isso é caríssimo. Não cai do céu, tá certo? A comunicação do parlamentar, entender qual é a opinião da sociedade, se aquilo vai dar voto pra ele, se ele consegue vender que aquele voto que ele tá dando realmente vai ter um benefício pro cidadão... é difícil de fazer isso dentro de um entendimento. E custa caro, tá certo?

Giovana Girardi: Aham, entendi. Mas o que eu queria entender mesmo é o que faz um lado desse embate democrático ganhar mais a parada do que o outro. Quer dizer: por que que a Frente da Agropecuária leva mais do que a Ambientalista?

João Hummel: Quando a gente começou, a Frente Ambientalista era muito mais organizada do que a nossa. É, eles conseguiam fazer reuniões mensais, faziam tudo.

Giovana Girardi: Os ambientalistas eram organizados e faziam reuniões mensais. O que o Pensar Agro fez? Reuniões semanais. A Suely me falou disso.

Suely Araújo: [...] tem um almoço aí, toda terça, em que estão todos os parlamentares principais ligados ao agro tão lá toda terça-feira batendo o martelo, sobre decisões importantes, sobre qual vai ser a posição da bancada, e tudo isso explode com o olhar sobre partidos políticos, vale quem foi na reunião lá de terça-feira, gente.

Giovana Girardi: Esses almoços que a Suely comentou acontecem na mansão do Instituto Pensar Agro, que fica no Lago Sul — o bairro mais rico de Brasília. Um detalhe: a sede da Frente Parlamentar da Agropecuária fica na mesma casa.

Suely Araújo: Eu acho que isso tem uma estratégia aí de comunicação. E eu acho que os verdes fazem pouco isso. De tentar transformar o discurso em coisas bem, bem simples, que qualquer um entenda.

Giovana Girardi: É um nível de articulação que não rola com a Bancada Ambientalista.

Suely Araújo: [...] os ambientalistas, eles são meio metidos a besta quando vão fazer suas defesas então parece um acadêmico falando, e ninguém entende, né? Aí você via que a Frente Parlamentar da Agropecuária, que quando ele ia no plenário, você via uma

padronização de discurso, provavelmente combinada, no âmbito da Frente. E eles unificam discursos, unificam posicionamentos.

Giovana Girardi: "Unificam discursos". "Unificam posicionamentos".

João Hummel: O Parlamento chama Parlamento porque você tem que falar, você tem que falar, você tem que discutir. E democracia, pra mim, é a construção de maioria e não de uma verdade. Votar em bloco é a capacidade de você vender uma tese que é boa. Olha só, hoje não tem 20 parlamentares que vivem da agricultura, que vivem da agricultura. Não, não tem, entendeu? A força que a gente tem é pelo conteúdo que é dado.

Giovana Girardi: O conteúdo. Pronto. Agora a gente chegou numa carta estratégica na manga do lobby do agro. Eu queria entrevistar o Hummel pra entender como esse modelo de articulação do Instituto Pensar Agro foi pensado, e como ele impactou a representação política no Brasil.

Mas o que eu ganhei foi uma aula completa sobre o modus operandi do lobby. Sobre lãbia e sobre estratégia de convencimento. Ouve só esse trequinho em que eu perguntei se ele acredita em aquecimento global.

Giovana Girardi: Tem vários dados que mostram que a temperatura já aumentou...

João Hummel: Tem pesquisadores que falam que os próximos 30 anos vai diminuir a temperatura, e aí?

Giovana Girardi: É uma minoria...

João Hummel: Mas... é dados científicos, e aí?

Giovana Girardi: Mas a ciência passa por consenso.

João Hummel: Então, ciências é ciências, não tem consenso, então... vamo debater.

Giovana Girardi: (risos) Não tem consenso??

João Hummel: Não tem, se tem uma parceria...

Giovana Girardi: Mas tem milhares de cientistas por trás, como que isso não é consenso?

João Hummel: Tá legal, eu não acredito nisso.

Giovana Girardi: Então, cê não acredita. Não é que não é...

João Hummel: Olha só, não é que eu não acredito...

Giovana Girardi: Essa conversa pode até parecer papo de maluco. Mas tem muito

método por trás dessa loucura. Tem toda uma técnica, uma cartilha.

A cartilha do negacionismo científico.

Esse método vem sendo usado mundo afora — não é de hoje — por aqueles que negam o conhecimento científico pra manter interesses econômicos e velhas práticas prejudiciais.

Quem formou essa "escola" foi uma meia dúzia de cientistas nos Estados Unidos, que vêm atuando nas últimas décadas pra jogar uma cortina de fumaça e confusão sobre alguns temas que já são consenso na classe científica séria.

Eles começaram tentando esconder os riscos do cigarro pra saúde e evoluíram pra negar a existência do aquecimento global.

Quem decifrou esse manual foi a historiadora americana Naomi Oreskes, que é professora e pesquisadora na Universidade Harvard. A investigação de como esse pessoal opera virou um livro chamado *Merchants of Doubt* — ou "mercadores da dúvida".

A Naomi compara o trabalho dos lobistas com o ilusionismo. Ela diz que eles usam as lacunas e as incertezas da ciência pra distrair a "plateia" do assunto principal, "*como o mágico que acena com a mão direita para distrair a atenção do que está fazendo com a esquerda*".

Teve uma hora que o Hummel tava me contando de como ele conseguiu encerrar uma discussão com um ambientalista.

João Hummel: [...] eu falava "e isso aqui? Vamos fazer a compensação?"

Giovana Girardi: E ele?

João Hummel: Não tinha resposta.

Giovana Girardi: Mas como que você consegue ter todas as respostas, João?

João Hummel: Eu não tenho. Eu tenho perguntas.

Giovana Girardi: Pois é. O lobby não tem as respostas. Tem as perguntas.

Essa frase do Hummel resume bem um dos pilares da estratégia de atuação da galera do agro: eles cultivam dúvidas. Exatamente como os "mercadores da dúvida" nos Estados Unidos.

E quando eles questionam um dado diante de alguém que não domina tão bem o assunto — nem tem um VAR ali à disposição pra checar se o lance foi regular —, eles confundem a pessoa e ganham a parada. E eles não fazem isso só duvidando,

ou só dizendo que não acreditam.

Uma das maneiras mais sofisticadas de confundir é fornecer um conteúdo alternativo e dar um ar de seriedade pra ele. Um verniz científico.

Você sabe quem era o Olavo de Carvalho, né? O "guru do bolsonarismo", o cara que decantou os conceitos da ala "ideológica" do governo Bolsonaro, indicou ministros, tal...

Acontece que os ruralistas também têm um guru "pra chamar de seu". Ele é bem menos histriônico que o Olavo... mas ele vem agindo nos bastidores desde bem antes de o Bolsonaro ser eleito.

O nome dele é Evaristo de Miranda. Só que é bem possível que você nunca tenha ouvido falar dele. O Evaristo é um funcionário de carreira da Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

A Embrapa é uma instituição federal que foi criada ainda durante a ditadura, em 73, pra ajudar a desenvolver a agricultura e a pecuária no Brasil. O Evaristo entrou lá, como pesquisador, em 1980. Com o passar dos anos, ele foi "conquistando corações e mentes" com um discurso de que o Brasil é o país que mais preserva. Que a nossa agricultura é a mais sustentável — e também a mais penalizada no mundo por leis que eles chamam de "draconianas".

O primeiro a "cair no papinho" dele foi o então presidente José Sarney — que já em 89 deu pro Evaristo um núcleo novo pra chefiar — e que mais tarde ia virar a "Embrapa Territorial", que ele coordenou até o fim de 2021.

Quando a gente gravou esse podcast, no começo de 2022, ele tinha sido promovido a um novo posto ainda mais elevado: assessor direto da presidência da Embrapa.

Eu bem que tentei, mas o Evaristo de Miranda não topou me dar entrevista. Só que ele já falou bastante por aí — então a gente vai poder ouvir a palavra do Evaristo na própria voz dele.

Por exemplo: esse trechinho aqui eu peguei de um webinar que ele participou no Instituto General Villas-Boas, do ex-comandante do exército brasileiro, em novembro de 2021.

Evaristo de Miranda: É... frequentemente eu deixo o jornalista mudo quando ele me pergunta algo sobre a Amazônia. Eu pergunto pra ele de que Amazônia ele está falando, né? Que existem muitas Amazônias muitos recortes territoriais. Já quando a gente fala de Amazônia Legal, a gente incorpora todo o Mato Grosso, né? E aí se você quiser exagerar dizendo que está cheio de soja na Amazônia, de boi na Amazônia você usa o critério, por exemplo, a Amazônia Legal.

Giovana Girardi: Essa é uma "evaristada" clássica. Pra começar, o prazer em

"deixar o jornalista mudo". Quer dizer: "lacrar" pra cima do jornalista. Dando aquela cacifada de autoridade no assunto, sabe?

Ele usa esse argumento da Amazônia Legal pra gerar dúvida sobre o rigor das regras de preservação. Porque Amazônia Legal é um conceito político-econômico e tem limites que vão além do bioma Amazônia, englobando também um pedaço do Cerrado e um pouquinho do Pantanal.

Mas pensar a região como bloco também faz sentido ambiental. As áreas de transição do Cerrado pra Floresta Amazônica são muito sensíveis. Então é importante preservar essas áreas pra proteger a floresta.

Por isso, a Amazônia Legal é uma das referências usadas no Código Florestal. E por isso também que os dados oficiais de desmatamento do Brasil consideram toda a Amazônia Legal no cálculo. E não só o bioma.

Só que o Evaristo — quer dizer, os ruralistas — querem tirar o Mato Grosso da Amazônia Legal pra abrir espaço pro avanço do agronegócio.

O argumento é que o Estado tem muito Cerrado.

Pelo Código Florestal, somente 20% da vegetação em propriedade privada precisam ser preservados no bioma Cerrado.

Já no Cerrado que fica dentro dos limites da Amazônia Legal a proteção tem de ser de 35%. Propriedades no bioma Amazônia precisam preservar 80%.

Raoni Rajão: [...] o trabalho do Evaristo de Miranda é muito peculiar, porque é um trabalho que não tem relevância científica...

Giovana Girardi: Aqui, de novo, o Raoni Rajão.

Raoni Rajão: Por que o que é relevância científica? É quando você produz um trabalho que é avaliado por pares em espaços, em revistas científicas prestigiosas. E é um espaço muito pequeno, não é? Estamos falando de Science, de Nature e depois várias revistas especializadas da área, né? Que, de certa forma, garantem uma divulgação grande.

Giovana Girardi: Falando assim de meia dúzia de revistas que ditam o que é ciência relevante ou não, até parece uma coisa meio elitista, né? Mas não é bem assim. Pensa que a ciência é uma coisa cumulativa. Um certo dado, pra ser considerado consenso científico, depende de ser confirmado por pares. Quer dizer: precisa passar pelo crivo de outros cientistas. Isso, digamos, no padrão ouro da ciência. E as publicações, as revistas científicas, são as arenas pra esses embates.

Mas o Evaristo nunca foi muito adepto de publicar os dados dele na forma de artigos científicos, que possam ser checados pelos pares. Nem mesmo mostrar a metodologia dos cálculos dele, de um jeito que esses cálculos pudessem ser

replicados por outros pesquisadores. Dá pra fazer um paralelo, por exemplo, com as Olimpíadas. Eu posso até sair por aí dizendo que eu sou a melhor ginasta do mundo... mas se eu não for lá na hora da competição provar a minha habilidade, não adianta nada.

Raoni Rajão: E ele não se submete a isso. Ele nunca publicou num lugar desses.

Giovana Girardi: Pra resumir: é como se o Evaristo nunca tivesse feito um duplo twist carpado, mas dissesse que a cambalhota dele vale muito mais pontos.

Raoni Rajão: O dado dele acaba tendo predominância principalmente em círculos políticos. Ele fala muitas vezes em nome da Embrapa, sendo que a Embrapa tem milhares de pesquisadores. E, mesmo assim, muitas vezes aquilo é visto muitas vezes como sendo a voz da Embrapa, sendo que a maioria absoluta dos pesquisadores da Embrapa contradizem as afirmações do Evaristo de Miranda.

Mas é dado espaço pra ele em espaços-chave, né... tribuna do Congresso Nacional, grandes eventos do agronegócio filmados e difundidos depois em redes sociais, WhatsApp. Porque... ele se especializou em dizer exatamente o que as pessoas querem ouvir pra se sentir mais confortáveis consigo mesmas.

Imagina: você tem uma pessoa que tá com falta de ar, tá se sentindo cansada, e todos os médicos dizem que você tem pressão alta, você tem diabetes, você tá hipertenso, você tem de parar de beber, parar de comer comida com gordura. E, realmente, a pessoa não vai se sentir bem. E de repente ela vai num especialista que diz pra ele: "não, olha só, poxa, não se preocupe, você tá ótimo, você pode continuar com a sua cerveja, pode continuar com a sua picanha que você vai viver até os 120 anos". Quem que a pessoa vai querer ouvir?

Então ele faz esse papel que traz aquela voz que traz conforto e organiza esse tipo de narrativa. Então por isso talvez a voz dele tenha um impacto tão grande.

Giovana Girardi: Um impacto que vai muito além da bronca dos outros cientistas e do endosso da bancada ruralista.

Suely Araújo: Eu encontro gente repetindo esses números toda hora. Gente que não tem nada a ver com agro.

Giovana Girardi: Aqui, de volta, a Suely Araújo.

Suely Araújo: E isso tá incorporado, as pessoas repetem, às vezes... e vem dessa época.

Giovana Girardi: "Nessa época", no caso, é durante os anos de tramitação do novo Código Florestal, finalizada em 2012. Ok, demorou, mas a gente voltou pra ele.

Basicamente, naquele momento em que o agro tava irritado com a possibilidade de ser punido pelos desmatamentos ilegais que tinha cometido, a discussão girava em deixar a lei mais suave.

A briga era em torno das mesmas duas regras desenhadas desde 65: as "A-P-Ps" — áreas de preservação permanente — e a reserva legal.

Na opinião dos ruralistas, a lei não era cumprida porque era irreal — principalmente pro pequeno produtor. Atrapalhava a produção agropecuária e, portanto, emperrava o crescimento do país.

Suely Araújo: E vieram com toda a força, gente. Na Câmara dos Deputados vêm com Aldo Rebelo [...]

Giovana Girardi: Não sei se você tá lembrado da figura do Aldo Rebelo. Ele foi deputado federal pelo PCdoB por São Paulo, e ficou famoso no começo dos anos 2000 por ter entrado numa cruzada contra os estrangeirismos no português.

Aldo Rebelo: O dia do Halloween. Por que não se cria o dia do Saci?

Izabella Teixeira: O Aldo é um homem muito culto, particularmente dedicado a toda cultura, literatura brasileira. Odeia estrangeirismos. Eu me lembro o meu primeiro encontro com ele. Eu me controlava, eu sou uma verdadeira tecla SAP, né?

Giovana Girardi: Essa é a Izabella Teixeira, bióloga e ex-ministra do Meio Ambiente nos governos Lula e Dilma. Coube a ela o papel que se espera de um ministro de Meio Ambiente: o de defender no Congresso que a nova lei não acabasse com a proteção ambiental no país.

Izabella Teixeira: É... E Aldo pega o processo e sai por esse país, com um discurso nacionalista – isso é real dele. Não é uma coisa oportunista. Eu tinha uma expectativa, quando ele foi escolhido, por ser um homem de esquerda, muito preocupado com as raízes do Brasil, que ele foi, tivesse uma sensibilidade para a história ambiental. E ele, na realidade, tinha uma sensibilidade pro pequeno agricultor. Dos direitos dos pequenos agricultores.

Giovana Girardi: Não só o Aldo não tinha essa sensibilidade com a história ambiental que a Izabella esperava, como ele já dizia naquela época que nem acreditava no aquecimento global.

O Aldo entrou nessa história como relator do projeto de reforma do Código Florestal. E no parecer que escreveu justificando as mudanças, ele não só dedicou o texto aos “agricultores brasileiros”, como escreveu coisas assim. Abre aspas:

“Assim se apresenta o caso da conquista econômica da Amazônia: luta tenaz do homem contra a floresta e contra a água. Contra o excesso de vitalidade da floresta e contra a desordenada abundância da água dos seus rios. Água e floresta que parecem ter feito um pacto da natureza ecológica, para se apoderarem de todos os domínios da região. O homem tem que lutar de maneira constante contra esta floresta que superocupou todo o solo descoberto e que oprime e asfixia toda a fauna terrestre, inclusive o homem...” Fecha aspas.

Suely Araújo: Os ruralistas ganharam de lavada na Câmara, entre Frente Parlamentar da Agropecuária e Frente Parlamentar Ambientalista. Na época a ministra era a Izabella, ela ia pessoalmente nas reuniões, mas já no Senado, né.

Giovana Girardi: O projeto foi aprovado na Câmara e seguiu pro Senado. E lá a queda de braço era com uma figura ainda mais marcante do mundo do agro.

Izabella Teixeira: Kátia Abreu era presidente da comissão de Agricultura...

Giovana Girardi: A senadora Kátia Abreu, que na ocasião era presidente da Confederação Nacional da Agricultura e já tinha ganhado o prêmio "Motosserra de ouro" do Greenpeace. Anos depois, ela seria ministra da Agricultura no governo Dilma. Já o Aldo virou ministro da Ciência e Tecnologia.

A Kátia era a maior garota-propaganda da campanha de que o agro tava sendo penalizado pelo código florestal e que o Brasil não teria mais como aumentar a produção agrícola se a lei ficasse daquele jeito. Ela circulava pra cima e pra baixo sempre muito bem munida de dados.

Agora, você ganha um doce se adivinhar quem produziu os dados que ela propagandeava.

Giovana Girardi: Esse movimento que a Kátia fez de apoiar o Aldo com dados, que é o efeito Evaristo de Miranda... me parece que esse momento que os dados criativos do Evaristo de Miranda surgem e começam a balizar...

Izabella Teixeira: Dados criativos, não. Dados perversos, errados... entendeu?

Giovana Girardi: Em 2008, o governo federal encomendou pra Embrapa um estudo pra mapear quanto havia de área natural no Brasil sob algum tipo de proteção — fosse pelo Código Florestal, fosse como unidades de conservação e terras indígenas.

O Lula queria saber o que tava em disputa.

Na época, apesar de já existir monitoramento por satélite, ainda tinha muita

incerteza — principalmente sobre o que de fato tava preservado dentro das áreas privadas.

Agora, quem assumiu essa tarefa, claro, foi o Evaristo de Miranda.

O resultado foi um trabalho com o título: "*Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista*" — que concluía que unidades de conservação, mais terras indígenas, mais o que estava protegido como reserva legal e A-P-P respondiam por cerca de 70% do território brasileiro. Apenas 29% do território nacional taria disponível pra ocupação agrícola, na conta dele.

Aquilo soou como música sertaneja pro agronegócio. E a Kátia Abreu virou a maior divulgadora daquele "dado", entre aspas.

Os números eram tão estranhos que, de cara, outros cientistas que trabalham com monitoramento remoto e ocupação do território desconfiaram. Eles refizeram os cálculos por conta própria e os resultados não batiam.

Uma das estatísticas "criativas" — ou "perversas", como disse a Izabella — ganhou um apelido entre os pesquisadores: "a fábula da margem do rio".

Ninguém conseguia chegar nos números do Evaristo — até que um membro da equipe dele contou qual tinha sido um dos truques: Ele exagerou nos parâmetros pra calcular o tamanho da área que precisa ser preservada nas margens dos rios — as chamadas matas ciliares, que são um dos tipos de A-P-P.

A lei estabelecia que a faixa a ser protegida variava conforme a largura do rio.

Só que sem ter dados disponíveis sobre a largura da maior parte dos rios da Amazônia, o Evaristo fez a conta considerando sempre o maior valor.

Quer dizer: como se qualquer igarapézinho tivesse a largura do Rio Amazonas! Desse jeito, parecia que a área pra produção agrícola era muito menor do que a realidade...

Números mais recentes indicam que a área já usada pela agropecuária no Brasil, incluindo campos naturais usados como pasto no Pantanal e nos Pampas, é de cerca de 36% — que é um valor próximo da média mundial.

Além disso, tem alguns tipos de áreas protegidas que também admitem atividades agropecuárias — desde que sejam feitas com alguns cuidados. Com isso, a área disponível pro setor pode chegar a 45%.

Bem mais do que os 29% que o Evaristo anunciava no estudo, né?

Izabella Teixeira: É aí que eu ouço falar de Evaristo Miranda. Você sabe que eu nunca encontrei esse homem, né, e espero nunca encontrar. Eu

acho que se eu encontrasse esse homem eu acho que eu ia acabar dando um murro na cara dele. Juro por deus. Porque a mobilização, o convencimento das pessoas, falei, vamos pro grande teste. E deu.

Giovana Girardi: As votações que modificaram o Código Florestal foram bastante expressivas. Na Câmara – onde a tramitação começou — o novo texto foi aprovado por 410 deputados. Só 63 deputados votaram contra. Nem a base governista se opôs.

A bancada ambientalista perdeu de lavada...

E foi uma derrota também pro governo Dilma, que defendia que a nova legislação atendesse a algumas demandas do setor, mas ainda mantivesse um teor um pouco mais protetivo. O resultado foi a primeira demonstração de força do Congresso contra o governo.

A Dilma acabou sancionando a lei com nove vetos. Mas, apesar dos vetos, a lei acabou ficando mais suave. E talvez a pior derrota de todas tenha sido a anistia aos desmatamentos ilegais feitos até julho de 2008.

Aquela vitória da bancada ruralista, como eu disse mais cedo, foi um divisor de águas. Pra bancada e pra toda a estratégia de lobby do agro – que, a partir daí, só ganhou mais força.

O Instituto Pensar Agro quase quadruplicou o número de associações afiliadas desde então. E a Frente Parlamentar da Agropecuária — que se confunde com o Centrão — alcançou uma força capaz de derrubar e eleger presidentes.

A bancada ruralista foi fundamental pro impeachment da Dilma acontecer, pra manutenção do Temer quando ele foi investigado por corrupção... E, claro, pra ascensão do Bolsonaro, com quem os ruralistas encontraram a maior afinidade.

Em agosto de 2018, com a última campanha presidencial a pleno vapor, o Evaristo de Miranda voltou a aparecer com o discurso de dez anos antes repaginado. Pronto pra inflar os ruralistas.

Ele subiu no palco do Fórum de Agricultura da América do Sul, e fez ecoar o mesmo chororô de sempre:

Evaristo de Miranda: Então o Brasil que era grande, ficou pequeno, né, porque tem muita terra atribuída no Brasil. A área protegida do Brasil equivale a 15 países da União Europeia. E é um mapa que a gente tem de mostrar pros europeus. "Não, mas é legítimo índio"... Eu falei: "Legítimo... O problema não é legitimidade. Não cabe".

Giovana Girardi: Quer dizer: eles conseguiram mudar a lei, mas ainda querem mais. Querem mais anistia, e cada vez menos regras. A ladainha do Evaristo virou mantra quando o Bolsonaro ganhou a eleição.

O terreno ficou ainda mais fértil prum setor mais radical e nada ambientalista do agro. É o que o Caio Pompeia definiu como "agrobolsonarismo".

O Evaristo de Miranda chegou a ser indicado ao cargo de ministro do Meio Ambiente. Ele não virou ministro, mas o escolhido, Ricardo Salles, sempre rezou pela mesma cartilha escrita pelo Evaristo.

As ideias do Evaristo tão na base de todo o discurso de Bolsonaro contra o Ibama, contra os indígenas e contra a ciência – que mostra que o agronegócio predatório causa um problema bem real.

O resultado é que a política ambiental desmoronou. Os três primeiros anos de mandato tiveram três altas consecutivas no desmatamento da Amazônia — e a perda estimada para 2021 foi a maior em 15 anos: mais de 13 mil quilômetros quadrados.

Isso é oito vezes e meia a área da cidade de São Paulo. Foi uma alta de 75% desde 2018.

O Raoni Rajão e uma equipe de cientistas desmascararam o modus operandi do Evaristo em um artigo científico publicado no começo de 2022 na revista *Biological Conservation*.

O trabalho foi assinado por 12 pesquisadores de cinco instituições de pesquisa brasileiras, e mostra que o método do Evaristo é muito parecido com aquele que a historiadora americana Naomi Oreskes tinha revelado em relação às indústrias do tabaco e dos combustíveis fósseis. Os mercadores da dúvida, lembra?

Segundo os cientistas, as falsas controvérsias criadas pelo Evaristo de Miranda e pela equipe dele minaram as políticas de conservação — principalmente as relacionadas com o combate ao desmatamento e às mudanças climáticas.

No texto eles escrevem, abre aspas:

"Em cerca de três décadas, Dr. Miranda e seu grupo se opuseram sistematicamente ao consenso científico a fim de contribuir com movimentos políticos que visam adiar ações ou desmantelar políticas-chave de conservação. Entre elas, a amenização do desmatamento ilegal por meio da alteração do Código Florestal Brasileiro, o desmantelamento de áreas protegidas e a defesa do fim da proibição do uso do fogo mesmo durante a estação seca."

Fecha aspas.

No fim da minha passagem por Brasília, eu consegui sentar com o deputado Sérgio Souza, do MDB do Paraná.

Sérgio Souza: Aqui está bom? Está bom a acústica?

Giovana Girardi: Está ótimo.

Giovana Girardi: O Sérgio Souza foi senador suplente, assumindo o posto entre 2011 e 2014. Desde 2015, ele é deputado federal. Ele também é o atual líder da Frente Parlamentar Agropecuária na Câmara.

Sérgio Souza: Você é de onde, Giovana?

Giovana Girardi: Eu nasci em Barretos, conheço um pouquinho do mundo do agro...

Sérgio Souza: Ah, a origem da maior parte dos brasileiros é agro. Eu adoro isso, e sou da roça, sou filho do produtor rural, sou produtor rural, e eu sei que se nós não tivermos um solo equilibrado, uma natureza equilibrada, nós não vamos produzir. E, se nós não produzirmos, nós não vamos fornecer alimentos ao mundo, e nós temos que olhar o seguinte: vocação principal.

Essa mesa que tá aqui é agro, a roupa que nós estamos vestindo é agro, os cosméticos que nós usamos hoje, provavelmente, na sua grande maioria, é agro.

Giovana Girardi: A gente sabe: o agro é pop, o agro é tudo. A gente sabe.

Sérgio Souza: Não, não é que ele é pop. Não, mas é que as pessoas, às vezes, não percebem. Agora veja só o seguinte...

Giovana Girardi: Eu tava brincando com o deputado sobre o publiteditorial da Rede Globo chamado "Agro: a indústria-riqueza do Brasil"...

Locutor: *"Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Tá na Globo".*

Giovana Girardi: Se você assistiu um pouquinho de TV nos últimos anos, é capaz de esse anúncio ter chamado a sua atenção. Foi uma produção da própria Globo, pra atrair anúncios voltados para o setor — e que deu muito certo. Já trouxe campanhas da Ford, do Bradesco, da Seara...

Mas o Sérgio Souza é escolado demais na "arte" de falar com a imprensa pra cair na minha piadinha... Ele preferiu se mostrar como um ruralista iluminado.

Sérgio Souza: Só para você entender, Giovana, como é que... Eu sou, hoje, o líder da bancada da produção dos alimentos, a frente parlamentar agropecuária no Congresso Nacional, mas eu já presidi e relatei, por vezes, a Comissão das Mudanças Climáticas. Inclusive, sou vice-presidente dela. Já fui em várias COPs. Já fui na de Paris, já fui na de Doha, no Catar...

Giovana Girardi: Só que em alguns momentos parecia que eu tava ouvindo o próprio Evaristo de Miranda.

Sérgio Souza: Primeiro, nós temos que olhar que a gente tem uma regra muito dura, que é o Código Florestal. Ele coloca a obrigação de um proprietário rural preservar dentro da sua propriedade de 20 a 80% em floresta nativa. Ele é obrigado a manter, dentro da sua propriedade, uma floresta que é em benefício da humanidade do planeta.

Giovana Girardi: E dele também, né?

Sérgio Souza: Dele, claro, claro. Dele, da... Então, mas assim, ele é obrigado, não é voluntário. Ele não tem opção, ele tem que fazer isso. Isso é coisa do Brasil; o Brasil é muito severo, porque nós queremos preservar a floresta. Nós temos um percentual que chega a 66% do território nacional em mata nativa. Isso não é dado do Sérgio, não; isso é dado da Embrapa e dado da Nasa. 66%. 35% de toda a floresta nativa no Brasil está dentro da propriedade rural.

Giovana Girardi: Esse papo de “benefício pro planeta” é duro de ouvir. Como se o agro não fosse parte desse planeta, né? E como se proteger a vegetação não fosse importante pro próprio agro ter chuva. Enfim, mas vamos aos números: apelando pro “VAR” aqui...

Segundo o MapBiomias – que é uma referência pra esse tipo de dado, o país realmente ainda tem cerca de 66% de cobertura de vegetação nativa.

Mas uma coisa é ser coberto com vegetação, outra é isso estar totalmente preservado — o que não tá. Pelo menos 11% dessa área já foi queimada alguma vez nos últimos 36 anos. E outros 9% foram desmatados e cresceram novamente.

E nesse total de vegetação nativa, um terço, ou 33%, de fato tá dentro de propriedade rural, como disse o deputado Sérgio Souza. Só que é nessas áreas onde tá boa parte do desmatamento.

De toda a área desmatada no país em 2020, 56,2% foi sobre área de domínio privado.

Ok, eu sei, é muito número, e tudo isso tá lá no site do Tempo Quente pra você mesmo poder checar.

Mas o resumo é: as leis podem até ser restritivas... mas isso não quer dizer que elas tão sendo cumpridas.

O desmatamento que vem se intensificando nos últimos anos no Brasil é o principal responsável pelas nossas emissões de gases de efeito estufa.

Na estimativa mais recente, referente ao ano de 2020, ele respondia por 46% das

emissões do país. E a agropecuária, por 27% — causadas principalmente pelo processo de digestão do rebanho bovino.

Talvez você já tenha ouvido falar que o arrote do boi tem muito gás metano, né? É verdade.

Como a maior parte das áreas desmatadas na Amazônia acaba sendo ocupada posteriormente pela agropecuária, pesquisadores que analisam as emissões de gases estufa do país consideram que quase três quartos do problema tá direta ou indiretamente ligado à produção rural e à especulação com terras.

Quer dizer: mesmo que não seja o fazendeiro com a motosserra na mão, é o agronegócio, na maioria das vezes, que acaba ocupando depois as áreas que foram desmatadas.

Giovana Girardi: O senhor falou que o Brasil é muito severo. Por que, então, que está subindo tanto o desmatamento?

Sérgio Souza: Não sei, querida, porque está subindo. Porque as pessoas estão se achando numa liberdade, porque talvez ache que não tem punição.

Giovana Girardi: Por que será que as pessoas tão sentindo essa "liberdade", né? Por que será que elas tão achando que não vai ter punição?

Jair Bolsonaro: Vão sofrer pressões dos ambientalistas? Ah!... se um dia eu puder, eu confino-os na Amazônia, já que eles gostam tanto do meio-ambiente.

Ricardo Salles: Nós temos a possibilidade, neste momento em que a atenção da imprensa tá voltada exclusivamente pro Covid [...] e ir passando a boiada.

Giovana Girardi: Mas o discurso do Sérgio e de vários outros ruralistas – pelo menos oficialmente –, é bastante legalista.

Sérgio Souza: Inclusive, tem um projeto no Senado e um na Câmara para criminalizar, e nós somos a favor do desmatamento ilegal zero, com criminalização desse que promove a supressão da vegetação de forma ilegal. Isso faz mal ao nosso negócio, isso faz mal ao meio ambiente e isso faz mal a qualquer narrativa que nós possamos ter.

Giovana Girardi: "Isso faz mal a qualquer narrativa que nós possamos ter". Engraçado o uso dessa palavra "narrativa" aqui, né? O Agro é pop, o Agro é tech, o Agro tem consciência ambiental.

Tem um conceito na psicologia de que às vezes uma ilusão não é ruim. Pode ter um efeito psicológico muito importante pruma pessoa imaginar uma coisa que, na

verdade, não existe, e você não precisa necessariamente desfazer esse mito.

Mas quando essa ilusão passa a fazer mal pro paciente, você teria que intervir. E no caso do agro, essa não é uma fantasia tranquila. Tá fazendo mal ao mundo — e ao próprio agro.

Aqui, de novo, o Raoni Rajão.

Raoni Rajão: Aqui no nosso grupo de pesquisa surgiu, né, esse conceito do agrosuicídio, que é essa tendência do agronegócio hoje, uma parte significativa dele, de destruir as bases que dão sustentação para o próprio negócio. A base de acesso a mercados. Com as várias medidas da União Europeia, Reino Unido, França, agora Estados Unidos, China, inclusive, né, estão fechando o mercado para produtos vindos de desmatamento.

Você também tem uma sinalização muito forte no âmbito financeiro. Tá sendo cada vez mais difícil financiar o agronegócio no Brasil, com juros cada vez mais altos.

E finalmente, você tem o desmatamento gerando uma perda da capacidade produtiva. Tivemos perdas de milho significativas nesses anos. E isso é causado pelas mudanças climáticas globais, mas também pelo desmatamento diretamente, que muda o regime de chuvas regionais. Agora, apesar dessa tendência ser muito clara para nós que estamos entendendo o processo como um todo, pra quem tá dentro do agronegócio, é muito mais difícil. Porque objetivamente, nunca se ganhou tanto dinheiro produzindo carne, boi e soja. Então pra eles, olhando pra conta corrente hoje, não faz sentido falar que o agronegócio brasileiro está indo na direção de um desastre. Por isso que essa narrativa é algo que não reverbera no entendimento deles. Aí que entra a narrativa do Evaristo, né? Se o agronegócio está caminhando na direção do agrosuicídio, o Evaristo de Miranda é que tá tocando a flauta, atraindo as hordas na direção do precipício.

Giovana Girardi: Esse discurso de que "tá tudo bem" mascara uma realidade bastante danosa. Ele alimenta um modelo predatório de desenvolvimento, e dá gás pro questionamento permanente das leis ambientais.

E o resultado vai bem além do discurso. Metade do Cerrado e um quinto da Amazônia já viraram fumaça. E o Brasil virou o sexto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo.

O agro não é pop, é punk.

No final da entrevista com o deputado Sérgio Souza, ele jogou na mesa uma carta que é talvez o maior nó pros que defendem, ao mesmo tempo, a preservação do meio ambiente e a distribuição mais igualitária da terra no Brasil.

Sérgio Souza: [...] como a bancada do agro, a bancada que protege o produtor de alimentos. Agora, você tem uma colonização e uma antropização do nosso país, que ocorreu principalmente na década de 70 e 80, do interior do Brasil: Pará, Rondônia, Acre, Mato Grosso, aí tem Tocantins, tem norte da Bahia, e vai embora. A maior parte disso estão na Região Amazônica e o governo levou essas pessoas lá. E eu digo isso com muita propriedade porque o meu avô paterno saiu do estado do Paraná, no final dos anos 80, e foram tudo para Rondônia, num lote de terra dado pelo governo. Foram lá, pra Rondônia, dentro dum lote, e você era obrigado a suprimir um percentual da vegetação, senão você perdia o lote. Sabe o que fez o governo em boa parte? Não deu título. Bom, num cenário desse, Giovana, você imagina o seguinte: um cidadão ocupou uma área de terra dada pelo governo, aonde ele suprimiu um percentual da vegetação, mas ele não tinha título. Ele fez isso de forma legal ou ilegal? Ilegal. Por que como é que ele vai pedir o licenciamento?

Giovana Girardi: Ouvindo o Sérgio Souza falar em defesa da reforma agrária assim, até parece que ele é agente infiltrado do MST na bancada ruralista, né? Só que não é bem assim.

O que ele tá defendendo é a aprovação de uma nova lei de regularização fundiária no país. Dar a posse, o título de terra, a quem é de direito.

O problema é: quem tem direito? Esse discurso do agricultor migrante tentando a vida na Amazônia, estimulado pelo governo, mas que nunca foi regularizado, é um argumento que faz sentido, mas só em parte.

De fato, a questão de terras é um problema gigante no Brasil desde as capitânicas hereditárias. E a partir dos anos 70 houve um grande incentivo da ditadura militar pra ocupar a Amazônia.

É uma dívida histórica do país que ainda precisa ser sanada. Mas tem duas coisas aqui: já existe uma lei que facilita o processo de dar o título de terra pra essas pessoas que foram pra lá impulsionadas pelo governo.

Se elas não foram tituladas ainda, o problema não é falta de lei, mas de aplicação dessa lei. Outra coisa é que uma boa parte do desmatamento na Amazônia aconteceu bem depois disso, a partir dos anos 2000 – quando já não tinha incentivo nenhum pra desmatar.

Pelo contrário. A maior parte do desmatamento não é obra dos pequenos produtores, e sim de gente com muita grana. De grileiros. E na maioria das vezes, quem vai se beneficiar disso depois são grandes latifundiários.

Por isso, muitos ambientalistas, mas não só eles, apelidaram essa proposta de "lei da grilagem".

Grilagem, pra quem não lembra, é basicamente o roubo de terras públicas.

Ocupar ilegalmente uma área, desmatar e depois reclamar a posse. É exatamente o processo que foi responsável por mais da metade do desmatamento na Amazônia nos últimos três anos.

Pelo projeto de lei, ocupações bem recentes, de poucos anos atrás, poderiam ser tituladas. Só que isso vira uma bola de neve, incentivando cada vez mais e mais o desmatamento.

Esse projeto de lei, aliás, tem evidenciado um racha que vem crescendo no agronegócio desde o início da gestão Bolsonaro. O setor nunca foi uma coisa só — isso é importante destacar. Tem vários tons de cinza nesse grupo.

O agrobolsonarismo é o extremo à direita mais radical e o gro – mas tem um lado mais consciente... eu não diria de esquerda, mas que entende que as questões ambientais e climáticas podem ser um tiro no pé do setor.

Um expoente desse grupo é o Marcello Brito, que, até dezembro de 2021, era o presidente da Associação Brasileira do Agronegócio. Lembra dela? Um dos membros do Pensar Agro?

Só que enquanto o Brito teve à frente da Associação, ele abriu um caminho de diálogo com os ambientalistas.

Marcello Brito: Eu estudei a minha vida inteira, eu sou um engenheiro, [...] e eu acredito no que a ciência coloca, e essas pessoas que não acreditam na ciência, são esses que empacam o Brasil e não deixam o Brasil assumir a verdadeira liderança que poderia já ter assumido há muito tempo.

Giovana Girardi: Claro que essa "dissonância de valores" não facilitou pro lado dele dentro do Pensar Agro...

Marcello Brito: [...] no termo de hoje eu virei comunista, porque é o jeito que eles acham para te tachar.

Giovana Girardi: Mas calma que também não é que o Brito era um infiltrado. Se ele tava sentado na mesa – na cabeceira até – dos "ideólogos" da bancada ruralista, era porque tinha mais coisa que tava unindo eles, que separando. Na nossa conversa, ele falou, por exemplo, coisas assim:

Marcello Brito: Ou seja, não é o agro que está provocando esse processo de desmatamento.

Giovana Girardi: Ok, mas eu quis ouvir o Brito porque ele tem uma reflexão muito interessante – reflexão de insider mesmo – sobre por que a "cultura da grilagem" se perpetua no Brasil.

Marcello Brito: Vou te dar um exemplo de como essa destruição é permitida, tá? Se você assiste na televisão um processo de corrupção na Petrobras, por exemplo, você cria toda uma revolta dum país, e nós vimos isso com a Lava Jato.

Mas tem um século que as terras brasileiras são griladas, ou seja, são roubadas, são incorporadas por ladrões profissionais, que é o que ocorre no momento, no processo do desmatamento da Amazônia, mas você não vê, por parte da sociedade, nenhuma revolta contra a grilagem; pelo contrário, a gente, tristemente, enxerga o Congresso Nacional, de tempos em tempos, promulgando novas leis de regularização fundiária, e anistiando ladrões que tomaram o patrimônio público. Giovana, eu faço uma pergunta para um monte de gente e ninguém conseguiu me responder ainda: você conhece alguém que foi para a Amazônia depois de 2008, convidado pelo governo, para assumir alguma área e desenvolver a Amazônia, não? Não existe. Essas pessoas foram na década de 70, na década de 80, na década de 90.

Então regularizar esse pessoal desse período é uma questão de justiça social brasileira, a gente tem que fazer a regularização deles.

Bom, houve todo um processo de absorção de terras de patrimônio brasileiro depois disso e isso foi sanado com o Código Florestal. Então, todo mundo que estava em cima da terra até 2008 tava perdoado, não interessa se foi grilado ou não, tá perdoado e bola para frente, recomeçamos o Brasil. Depois, veio o Temer e passou uma nova lei de regularização fundiária e subiu essa barra de 2008 para 2012. Agora tem o projeto 510, que tá lá no Congresso, e as excepcionalidades elevam essa possibilidade de regularização até 2016. Quer dizer, pelo amor de Deus, não dá para aceitar que terras griladas até 2016 sejam regularizadas. Ninguém foi convidado, depois do Código Florestal, a ocupar qualquer área da Amazônia. Quem ocupou, ocupou irregularmente.

Giovana Girardi: O que o Brito tá falando é que esse "prorrogação das anistias" não tem nada a ver com "consertar erros históricos". Esses erros são bem atuais mesmo.

Marcello Brito: Vamos fazer um contraponto aqui, assim: você tem lá o estacionamento do Palácio do Planalto, tá? E tem lá 100 carros do governo. Aí, a gente vai lá em 100 pessoas e cada um toma um carro daquele. Ou seja, nós pegamos um patrimônio do governo e nos apossamos dele. Mas aí vem um deputado e lança uma lei dizendo o seguinte: "Olha, nós vamos fazer um perdão aqui, mas quem tiver se

apossado daquele carro tem o direito preferencial de comprá-lo. Agora, não vai comprar por tabela FIPE, não. Vai comprar pelo preço depreciado desse veículo, então você paga só a tabela do INCRA, tá, do preço da terra nua, que é um valor completamente fora de mercado.” Então, me fala se isso aí não está beneficiando quem cometeu o ilícito? Tenha santa paciência...

Giovana Girardi: A anistia gera a expectativa por mais anistia. O crime ambiental vive em função dessa expectativa. E os instrumentos pra isso – que não param de funcionar – são a motosserra e o correntão.

Depois de ver como o lobby do agro se mobiliza nos corredores de Brasília, eu precisava entender como ele acontece – na prática – no interior da Amazônia.

Continua comigo, que no episódio que vem a gente embarca nessa viagem.

Giovana Girardi: Tempo Quente é um podcast original da Rádio Novelo, produzido com apoio do Instituto Clima e Sociedade e da Samambaia Filantropias.

Eu, Giovana Girardi, apresento, faço a reportagem e assino o roteiro com a Paula Scarpin, com o apoio da Bárbara Rubira, Da Flora Thomson-DeVeaux e DO do Arnaldo Branco.

A coordenação do projeto é da Ana Magalhães e da Bárbara Rubira, que também fez produção com a Marcelle Darrieux.

A gente teve a consultoria da Cristina Amorim e do Claudio Angelo.

A direção criativa é da Paula Scarpin e da Branca Vianna, e a direção executiva é do Guilherme Alpendre.

A música original foi composta pelo Arthur Kunz.

A edição é do Lucca Mendez, e a sonorização é da Júlia Matos com o apoio da Paula Scarpin.

A direção de locução é da Mika Lins.

Nós gravamos na Confraria de Sons e Charutos.

Este episódio teve apoio de produção da Clara Rellstab.

A checagem é do Emerson Kimura.

A mixagem foi feita pela Pipoca Sound.

A estratégia de promoção e distribuição fica por conta da Juliana Jaeger e da FêCris Vasconcellos. As redes sociais são da Bia Ribeiro e do Eduardo Wolff, com o designer Mateus Coutinho. A edição do nosso conteúdo em vídeo é da Thais

Fernandes.

Nossa identidade visual foi elaborada pela Natasha Gompers, e o nosso site foi feito pela Paula Carvalho e pela Amanda Gedra.

Neste episódio, usamos áudios do Instituto General Villas Bôas e do canal do Foro de Agricultura da América del Sur.

Na apuração desse episódio, a gente ouviu muito mais gente do que as que aparecem aqui. Então queria agradecer também a Alceo Magnanini, Arnaldo Carneiro, Eduardo Assad, Gerd Sparovek, João Adrien, José Sarney Filho, Marina Silva, Pedro de Camargo Neto, Tasso Azevedo e Tiago Reis.

Obrigada e até semana que vem.